



# **DESAFIOS À SUSTENTABILIDADE DA EXPANSÃO DA REDE NACIONAL DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA DE RÁDIO<sup>1</sup>**

## **CHALLENGES TO THE SUSTAINABLE EXPANSION OF PUBLIC RADIO BROADCASTING NATIONAL NETWORK**

Isabela Vieira<sup>2</sup>

Marcelo Kischinhevsky<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo põe em debate a sustentabilidade da expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) de Rádio, coordenada pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Entre 2023 e 2024, medidas foram tomadas pela empresa pública vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República visando triplicar o número de emissoras de rádio afiliadas à RNCP. A rede é composta por emissoras autoproclamadas públicas, educativas e universitárias, somando 164 afiliadas em janeiro de 2025. Argumenta-se que, do ponto de vista do rádio público, a constituição da rede ainda é frágil e carece de políticas públicas que assegurem o financiamento e a institucionalização das emissoras de rádio da RNCP, segundo parâmetros internacionais para a mídia pública estabelecidos pela Unesco.

**Palavras-Chave:** rádio, radiodifusão pública, radiodifusão educativa, RNCP, EBC.

**Abstract:** This paper discusses the sustainability of the expansion of the National Radio Public Broadcasting Network (RNCP), coordinated by Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Between 2023 and 2024, measures were taken by the public company linked to the Ministry of Social Communication of the Presidency of the Republic to triple the number of radio stations affiliated to the RNCP. The network is formed by self-proclaimed public, educational and college radio stations, totalling 164 affiliates in January 2025. It is argued that, from the point of view of public radio, the constitution of the network is still fragile and lacks public policies to ensure the funding and formalisation of RNCP radio stations, according to international parameters for public media established by Unesco.

**Keywords:** radio, public broadcasting, educational broadcasting, RNCP, EBC.

### **1. Introdução**

O dia 21 de novembro de 2024 se tornou um marco para a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Nesta data, na cidade de Cruz das Almas, a instituição

<sup>1</sup> Texto apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos Radiofônicos, 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba – PR, 10 a 13 de junho de 2024.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM) da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), é jornalista da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). E-mail: [isabelavieira@ufrj.br](mailto:isabelavieira@ufrj.br).

<sup>3</sup> Professor do PPGCOM e dos cursos de Jornalismo e Radialismo da ECO/UFRJ, doutor em Comunicação e Cultura pela mesma instituição, onde dirige o Núcleo de Rádio e TV, é bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: [marcelo.kisch@eco.ufrj.br](mailto:marcelo.kisch@eco.ufrj.br).

inaugurou<sup>4</sup> sua rádio educativa, 87,1 FM, a primeira da nova fase da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A expansão da RNCP, depois de anos adormecida, dialoga com reivindicações da sociedade civil. Em 2022, o seminário “Reconstrói a EBC e a Comunicação Pública”, promovido pela Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, definiu prioridades para a retomada democrática da empresa e o fortalecimento da rede e dos veículos, depois das alterações legais que esvaziaram o caráter público da EBC e facilitaram o desmonte imposto à empresa pelos governos anteriores (Nitahara e Carvalho, 2022).

As recomendações do seminário foram incluídas parcialmente no relatório setorial do subgrupo Comunicação Social do Gabinete da Transição, que orientou ações estratégicas na EBC neste terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2023. No documento, especialistas sugerem sete medidas para a reconstrução da empresa, entre as quais o fortalecimento das rádios da EBC e da própria RNCP (Comissão, 2022, p. 18).

A empresa publicou, em 2024, uma página com informações sobre as afiliadas e atualizou a definição da RNCP, que passou a ser classificada como “uma aliança dinâmica de emissoras públicas ou privadas de caráter público, educativas e culturais”<sup>5</sup>, constituída com a intenção “de promover a comunicação pública em âmbito nacional”<sup>6</sup>, segundo os princípios e objetivos da Lei 11.652. Esta legislação, de 2008, é um marco para a radiodifusão pública no país (Ramos, 2012; Zuculoto, 2012; Pinheiro, 2018) e criou a RNCP juntamente com a EBC, fruto de uma articulação que remonta ao 1º Fórum de TVs Públicas, em 2007, e à chamada Carta de Brasília<sup>7</sup>, elaborada por entidades representativas de emissoras educativas, culturais, universitárias, comunitárias legislativas, pesquisadores, sindicatos e movimentos sociais.

Por meio de adesão voluntária, a RNCP busca parcerias locais como forma de ampliar o alcance e a cobertura das rádios da empresa, notadamente das Rádios Nacional e MEC, com perfis informativo e educativo-cultural, respectivamente, fortalecendo o sistema público de radiodifusão previsto na Constituição Federal de 1988. No Artigo 223, está estabelecida uma divisão tripartite – pública, privada e estatal – para os sistemas de radiodifusão.

<sup>4</sup> Ver “Rádio Educativa UFRB FM 87.1 inaugura transmissão em evento com EBC, Secom e MEC”, **Portal da UFRB**, 28 nov., 2024. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/7463-radio-educativa-ufrb-fm-87-1-inaugura-transmissao-em-evento-com-ebc-secom-e-mec>. Acesso: 13 jan., 2025.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.ebc.com.br/sobre/rede-nacional-de-comunicacao-publica>. Acesso: 26 jan. 2025.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://rncp.ebc.com.br/sobre>. Acesso: 26 jan. 2025.

<sup>7</sup> Ver “Manifesto pela TV pública independente e democrática”, 11 maio, 2007. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/UserFiles/Image/Carta%20de%20Brasilia.pdf>. Acesso: 6 fev., 2025.

Em dezembro de 2024, a RNCP contava com 164 afiliadas em 111 municípios, administradas por 87 instituições, sendo quatro rádios privadas<sup>8</sup> e sete próprias da EBC. Em 2022, eram apenas 34 emissoras (EBC, 2024, p. 10). Contudo, menos de um terço das atuais afiliadas (44) é de emissoras que já operam em FM. As demais estão em fase de implantação, em estágios variados, e quase metade é vinculada a universidades, institutos federais de educação, ciência e tecnologia ou fundações de apoio destas instituições.

A adesão recente de instituições de ensino superior representou um grande impacto na ampliação das afiliadas e reflete esforço da EBC e do governo federal de expandir a RNCP de fato. Nesta estratégia, a EBC se oferece para intermediar o processo de obtenção de um canal de rádio FM, posteriormente consignado para operação em parceria. Desta forma, a RNCP passou a contar com pelo menos uma afiliada em cada estado e região do país.

Mas esta expansão é sustentável? Diante das limitações orçamentárias e de pessoal impostas às instituições federais de ensino superior ao longo dos últimos dez anos, essas emissoras têm condições de entrar no ar no curto prazo e operar de acordo com os preceitos da mídia de serviço público? Essas são as questões iniciais que norteiam este trabalho, de caráter exploratório, parte de pesquisa de mestrado em andamento da primeira autora sob orientação do segundo autor.

É importante esclarecer que a RNCP não se confunde com outros serviços prestados pela EBC, como a Radioagência Nacional, de notícias, e a Rede de Rádio Gov<sup>9</sup>, antiga Rede Nacional de Rádio (RNR), um serviço prestado ao governo federal.

Para este artigo, descritivo e interpretativo, partimos da perspectiva do rádio público como instrumento da democracia (Melo, 2005; Kaplún, 2017) e recuperamos brevemente sua trajetória (Zuculoto, 2012) e a da EBC.

Em termos metodológicos, o trabalho se divide em duas partes: revisão bibliográfica sobre o serviço público de mídia no Brasil e a criação da EBC, à luz do conceito de direito humano à comunicação, e pesquisa documental sobre a RNCP, com apresentação de dados preliminares sobre o perfil das afiliadas de rádio obtidos por meio de pesquisa em sites de órgãos públicos e dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

<sup>8</sup> Informação obtida pela Lei de Acesso à Informação. Protocolo: 00112.000063/2025-65, respondido em 24 jan., 2025.

<sup>9</sup> A Rádio Gov chamava-se Rede Nacional de Rádio (RNR). Em julho de 2024, em uma tentativa de dissociá-la da RNCP, a EBC rebatizou a primeira como Rádio Gov e a inseriu na Rede Gov, serviço que já contava com a Agência Gov e Canal Gov (antiga TV NBR).

## 2. O serviço público de mídia no Brasil e a EBC

A existência de empresas de mídia pública tem sido uma das faces dos sistemas de comunicação em países democráticos e é considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) um dos Indicadores de Desenvolvimento da Mídia. O organismo elenca o serviço (*public broadcasting service*) como um dos componentes vitais de um sistema midiático plural, livre e independente (Unesco, 2012, p. 9) e aponta a necessidade de o mesmo estar definido em lei, ter independência editorial e “financiamento apropriado para protegê-lo de interferências de governos” (idem).

Nos países do norte global, a mídia de serviço público vem sendo caracterizada por um conjunto de organizações sem fins lucrativos, financiadas com dinheiro público, cuja missão é fortalecer uma esfera pública midiática, com pluralidade e autonomia. Nesses lugares, ela tem a função de equilibrar discursos diante do poder da mídia comercial (Azevedo et al., 2009, p. 33) e do enviesamento dos conteúdos dos veículos privados, que seguem a lógica da busca por audiências em troca de anúncios em detrimento do interesse público (idem).

No livro *Public Broadcasting, Why, How* (Unesco, 2001), prevalece o entendimento de que a radiodifusão pública deve ser construída nas sociedades democráticas a partir de uma proposta de integração dos diversos setores, visando o bem comum e tendo em vista quatro aspectos: universalidade, diversidade, independência e distinção:

Nem comercial ou de controle do Estado, a única razão de ser da radiodifusão pública é prestar um serviço público.

E a organização pública da radiodifusão é a voz que chega a todos. Os radiodifusores públicos possibilitam o acesso e a participação na vida pública. Eles desenvolvem conhecimento, ampliam horizontes e habilitam pessoas para melhor compreenderem a si melhorando o conhecimento delas a respeito dos outros e do mundo. (Unesco, 2001, p. 7, tradução nossa)

De acordo com esses parâmetros, é função da mídia pública proporcionar a participação social na comunicação, em linha com o direito à informação e a liberdade de expressão, previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Mendel, 2011) e discutidos em documentos de referência para a consolidação do direito humano à comunicação<sup>10</sup> no mundo, como o Relatório MacBride (1980).

<sup>10</sup> O direito humano à comunicação é uma formulação recente na história do Direito. Tal conceito foi expresso pela primeira vez em 1969 e, na década de 1970, passou a ser discutido no âmbito da Unesco. Desde 2000, vem ganhando ressonância. Primeiro, na União Europeia – onde o Parlamento Europeu aprovou em 2008 limites à publicidade e padrões mínimos de veiculação de conteúdo independente, regional e acessível –, e, em seguida, na América Latina, onde marcos regulatórios foram aprovados na Argentina (2009), Venezuela (2010), Equador (2013) e Uruguai (2013).

O relatório MacBride estabeleceu as bases para que a comunicação fosse enxergada como estrutura de poder e instrumento de opressão, mas também como portadora de um novo direito social. De compreensão recente, os direitos sociais representam o direito de participação da sociedade no poder político, de modo a modificar a estrutura do Estado e a distribuição da riqueza social e são passíveis de políticas públicas. Assim, a mídia pública desenvolveu-se a partir da reorientação da mídia estatal para atender essa nova demanda.

Na América Latina, outra função do serviço público de mídia é a de oferecer uma alternativa à imposição do patrimônio civilizatório colonial como referência única (Araújo, 2010, p. 19). Jesús Martín-Barbero vai na mesma direção, justificando a necessidade de meios públicos como uma forma de possibilitar alternativas de comunicação aos grupos historicamente excluídos da formação dos Estados-nação, caso das mulheres, indígenas e negros. A mídia pública é, portanto, um lugar para a inscrição de novas cidadanias, em que a emancipação social e cultural adquire face contemporânea (Martín-Barbero, 2005, p. 48-49).

Pensando os processos de formação dos Estados, é preciso olhar para a reprodução de uma lógica patrimonialista nas comunicações. Janaíne Aires e Suzy Santos constataram que a tradição patrimonial-escravocrata e patriarcal da sociedade tem laços estreitos com o cenário midiático nacional e que “a base familiar das empresas e a propriedade de terras por radiodifusores são tónicas de parcela relevante dos meios de comunicação” (Aires e Santos, 2017, p. 30). A relação entre radiodifusão e as oligarquias regionais limita, desta forma, a pluralidade ideológica e a circulação de informações no país.

Tiago dos Santos também se debruçou sobre a desigualdade racial midiática pela ótica do pertencimento etnicoracial histórico dos donos da mídia no Brasil, herdeiros da espoliação colonial, mostrando que os meios brasileiros são racialmente excludentes.

O arranjo jurídico-institucional com relação a essas concessões [de rádio e de TV] foi denominado de pacto narcísico institucional, uma aliança, um contrato racial por meio do qual o poder executivo, legislativo e judiciário se unem para a proteção e promoção de interesses superdeterminados: reprodução do discurso metarracial, da hiper-valorização da identidade racial branca e da hipo-valorização da identidade negra. (Santos, 2017, p. 188)

A mídia de serviço público, idealmente, deveria ir na contramão deste cenário, constituindo-se como uma ação afirmativa no ambiente concentrado e racializado da mídia no Brasil, buscando refletir os princípios do Estado democrático por meio da comunicação (Mendel, 2011; Unesco, 2012), prezando pela liberdade de expressão e de informação e

oferecendo programação universal, plural, diversificada, independente de pressões comerciais ou de influência política, capaz de garantir espaço para o debate das questões coletivas.

Em 2023, para destacar a importância desses princípios e o valor da mídia pública, a União Europeia de Radiodifusão (EBU, na sigla em inglês) relacionou a existência do serviço a elementos estruturais das democracias, destacando o fato de estas empresas estimularem o debate público, contribuírem para a cultura comum e fiscalizarem o poder, sendo uma fonte constante e estável de informações confiáveis em tempos de desinformação.

Porém, no Brasil, sempre ocupando um papel marginal entre os sistemas de radiodifusão previstos na Constituição (Valente, 2009, p. 52), a EBC, seus veículos e a RNCP ainda necessitam de políticas públicas para implementar o caráter público e alcançar estabilidade financeira e administrativa para cumprir sua missão.

A dificuldade de institucionalização da mídia de serviço público no Brasil se origina nas erráticas políticas de comunicação. No país, o Estado atuou como regulador e controlador do conteúdo comercial, por meio de concessões, pressionado pelos interesses políticos e pessoais de governantes e radiodifusores “legislando, constantemente em causa própria” (Chagas, 2012, p. 124).

Lá se vão quase 90 anos da doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro por Edgard Roquette-Pinto ao Ministério da Educação e da Saúde Pública (MES), considerado um marco do nascimento do rádio público no país (Zuculoto, 2012, p. 25), e a democratização dos meios de comunicação brasileiros permanece um desafio. Em 1936, 13 anos depois da fundação da Rádio Sociedade, estrangulada pelas exigências da nova regulação estatal feita sob medida para as emissoras privadas e sem conseguir financiar a emissora, Roquette-Pinto decide doá-la, por não querer transformar “aquele centro de ciências, letras e artes, em uma empresa comercial, exploradora de publicidade” (Milanez, 2007, p. 32). A transferência ao governo de Getúlio Vargas, no entanto, foi condicionada à manutenção do caráter educativo e cultural da emissora. A rádio foi alocada no MES e não no Departamento de Imprensa e Propaganda, como viria a acontecer com a Rádio Nacional do Rio de Janeiro (estatizada em 1940), e passou posteriormente a se chamar Rádio MEC, em alusão ao Ministério da Educação e da Cultura.

Apesar dessas experiências financiadas diretamente pelo público, como a Rádio Sociedade e a pioneira Rádio Clube de Pernambuco, no Brasil houve uma lacuna no sistema público (Pieranti, 2018). Para preencher esse vazio, foi criada a EBC. A empresa nasce a partir

da mobilização do Fórum de TVs Públicas<sup>11</sup>, em 2007, organizado por emissoras não-comerciais e que veio a ser denominado “campo público”. Este campo deveria passar a ser organizado e liderado pela nova empresa, com atuação em rede, como recomendado pelos legisladores ao elaborarem o Artigo 8º da Lei 11.652, promulgada no ano seguinte.

A Lei da EBC buscou refletir experiências internacionais e os princípios da Unesco (2001) para o serviço de radiodifusão público, incorporando as discussões sobre o direito à comunicação. Ao sancionar a medida, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu segundo mandato, estabeleceu também os princípios e finalidades para a radiodifusão pública. A legislação instituiu ainda formas de financiamento<sup>12</sup> e um mandato para o cargo de diretor-presidente, de modo a assegurar autonomia financeira e administrativa da EBC.

Para incluir a participação social, a lei previu um Conselho Curador formado por maioria de pessoas da sociedade civil, com notório saber em diversas áreas. Dessa forma, a EBC passou a administrar os veículos e agências da antiga Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás): a Rádio Nacional em Brasília, Rio de Janeiro, Amazonas e Alto Solimões; a TV Nacional de Brasília; a Agência Brasil; e a Radioagência Nacional. E também aquelas oriundas da Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp): as rádios MEC (AM e FM) e a TVE do Rio de Janeiro e de São Luís. A sede da empresa foi estabelecida em Brasília, com sucursais no Rio de Janeiro, São Paulo e São Luís, onde hoje estão distribuídos 1.874 funcionárias e funcionários<sup>13</sup>.

Outra novidade da lei foi a formulação das bases para a criação da RNCP, integrada apenas por entidades públicas e privadas que obedecessem aos princípios da radiodifusão pública. A rede foi consolidada primeiro na TV, em 2010<sup>14</sup>.

Uma série de eventos nos últimos 10 anos, no entanto, alterou profundamente a estrutura da EBC, a partir do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016, o que colocou no poder um projeto político diverso, personificado pelo vice Michel Temer (PMDB, hoje

<sup>11</sup> Outros eventos antecederam o Fórum, como o seminário “O Desafio da TV Pública”, realizado pela Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), em 2003.

<sup>12</sup> Orçamento público e um percentual da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), recolhida pelas empresas de telecomunicações à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), utilizando parte do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

<sup>13</sup> Ver “Relatório com resultados das empresas estatais em 2023 é apresentado pelo Ministério da Gestão”, 26 jul., 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/relatorio-com-resultados-das-empresas-estatais-em-2023-e-apresentado-pelo-ministerio-da-gestao> Acesso: 26 jul., 24.

<sup>14</sup> O documento que institucionaliza a criação da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão é de 2009, mas a primeira reunião ocorreu somente em 2010 (Guerreiro, 2016). A criação da rede de rádios só foi estabelecida pela publicação da Norma 402, em dezembro de 2021.

MDB). Logo, a empresa sofreu grandes transformações e seu escopo legal foi esvaziado (Nitahara e Carvalho, 2022). A primeira medida tomada para enfraquecer a empresa foi o fim da participação social, com a extinção do Conselho Curador (idem). Depois, a Ouvidoria acabou com ações de transparência e acobertou a censura (idem).

Como presidente, Michel Temer também cassou a exigência de um mandato para o diretor-presidente da empresa, permitindo que este pudesse ser deposto a qualquer momento, prejudicando a estabilidade e a autonomia da gestão. O governo seguinte, de Jair Bolsonaro, acentuou o desmonte ao unificar a TV NBR (atual Canal Gov), que fazia as transmissões de atos e notícias governamentais, um serviço da EBC prestado ao governo, com a TV Brasil, pensada originalmente como emissora pública. Um dos momentos marcantes dessa fusão foi a transmissão da reunião com embaixadores, em pleno período eleitoral, no dia 18 de julho de 2022, para apresentar denúncias falsas contra as urnas eletrônicas e a Justiça Eleitoral. O episódio terminou na própria Justiça Eleitoral, que tornou o ex-mandatário inelegível<sup>15</sup>. Antes disso, a EBC foi incluída no Plano Nacional de Desestatização, o que possibilitaria a privatização total ou parcial da empresa, o que acabou não ocorrendo.

A partir do *impeachment* de Dilma, em 2016, o orçamento da EBC diminuiu ano a ano, com uma queda acentuada em 2019 (Pieranti, 2020), primeiro ano do governo Bolsonaro. Os investimentos, sobretudo, na parte de infraestrutura tecnológica, necessária para acompanhar a rápida atualização e superar a obsolescência dos equipamentos, foram os mais prejudicados.

Essas ações abalaram a radiodifusão pública, ainda em processo de consolidação (Nitahara e Carvalho, 2022), e só foram parcialmente revertidas com a volta do presidente Lula, em 2023.

A virada ocorre a partir de 16 de janeiro de 2023, quando a jornalista Kariane Costa, empregada concursada, é empossada diretora-presidente de modo interino. Antes disso, em 1º de janeiro, o governo já havia retirado a EBC da lista de privatizações, mas ainda carecia de medidas estratégicas como a separação das programações da TV Brasil e da NBR. Não houve uma revogação da portaria que juntava as grades, mas em junho, as transmissões de atos do governo federal na TV Brasil foram finalmente suspensas. Em julho, outra mudança neste sentido foi a renomeação da Rede Nacional de Rádio (RNR), que distribui conteúdos sonoros

<sup>15</sup> Ver “Por maioria de votos, TSE declara Bolsonaro inelegível por 8 anos”, **Tribunal Superior Eleitoral**, 30 jun., 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos> Acesso: 20 jul., 2024.

do governo federal, para Rádio Gov, uma tentativa de dissociar a RNR da RNCP de rádios, uma estrutura do sistema público.

A separação dos canais foi uma sinalização importante da gestão para atrair afiliadas, assim como a retomada da participação social na EBC. Ao final de 2024, a EBC elegeu 16 integrantes do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (CPADI)<sup>16</sup>, que substitui o antigo Conselho Curador. Embora com menos poderes que o anterior e aquém dos acordos com a sociedade civil<sup>17</sup>, o comitê tem cinco representantes da RNCP, eleitos em votação aberta e designados em dezembro de 2024<sup>18</sup>. De caráter propositivo, será parte do novo Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública (Simpas), composto também pela Ouvidoria e o Comitê Editorial, já previstos em lei, e uma assessoria especial.

### 3. O rádio na RNCP

No contexto da mídia pública, a RNCP busca explorar o potencial do rádio, um meio com enorme complexidade e que, nas últimas décadas, “extrapola as transmissões em ondas hertzianas e transborda para as mídias sociais, o celular, a TV por assinatura, sites de jornais e portais de música” (Kischinhevsky, 2016, p. 13).

O rádio hertziano, contudo, é um meio de custo relativamente baixo e fácil de usar, presente em mais da metade dos lares brasileiros (56,5%), segundo o Módulo de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua<sup>19</sup> (IBGE, 2022), e também em dispositivos móveis, podendo ser síncrono (em tempo real, no *dial*, no rádio digital via satélite ou via streaming, em serviços de áudio ou vídeo) e assíncrono (em programas gravados e nos *podcasts*), com uma cobertura capaz de alcançar a audiência em contextos extremos. Isso ocorreu, por exemplo, na pandemia de Covid-19, quando escolas transmitiram aulas pelo rádio, na Amazônia (Mafra, Olavo, Chagas, 2023) –

<sup>16</sup> Ver “Portaria-Presidente Nº 461 – Constitui Comitê de Participação Social”, **EBC**, 19 ago. 2024. Disponível em: [https://www.ebc.com.br/sites\\_institucional/files/atoms/files/portaria\\_presidente\\_no\\_461\\_sei\\_no\\_0000810\\_-constituicao\\_do\\_comite\\_de\\_participacao\\_social\\_diversidade\\_e\\_inclusao.pdf](https://www.ebc.com.br/sites_institucional/files/atoms/files/portaria_presidente_no_461_sei_no_0000810_-constituicao_do_comite_de_participacao_social_diversidade_e_inclusao.pdf). Acesso: 20 ago., 2024.

<sup>17</sup> Ver “EBC descumpre acordo e institui comitê ‘decorativo’”, **Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública**, 22 ago., 2024. Disponível em: <https://ouvidoriacidadaebc.org/ebc-descumpre-acordo-e-institui-comite-decorativo/>. Acesso: 22 ago., 2024.

<sup>18</sup> Ver “EBC implanta Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão”, **EBC**, 17 dez., 2024. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/imprensa/2024/ebc-implanta-comite-de-participacao-social-diversidade-e-inclusao>. Acesso: 7 fev., 2025.

<sup>19</sup> Ver “Internet chega a 87,2% dos brasileiros com mais de 10 anos em 2022, revela IBGE”, **Agência Gov**, 9 nov., 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/internet-chega-a-87-2-dos-brasileiros-com-mais-de-10-anos-em-2022-revela-ibge>. Acesso: 11 jan., 2025.

fazendo um uso educativo, quase tão antigo como o veículo – e quando a EBC reorientou antenas de seu parque de transmissão para a região Sul, após a tragédia das enchentes que prejudicaram as operações de TV e internet e colocaram o rádio em evidência (Pieranti; Bittencourt; Goetz; Regotto; Moletta, 2024).

A expansão recente do rádio foi capturada pela Pesquisa Especial Inside Audio 2024<sup>20</sup>, do Instituto Kantar Ibope Media. O levantamento revela que oito em cada dez brasileiros ouvem quase quatro horas (3h55) de rádio diariamente, de manhã, sendo 78% em AM e FM, 28% no YouTube e 12% por meio dos serviços de *streaming* de áudio. O Kantar Ibope diz ainda que seis em cada dez pessoas confiam no veículo para se manterem informadas. O rádio se perpetua porque incorpora a inovação tecnológica, parte do seu DNA (De Mingo, Rebouças, 2022, p. 18).

Diante de todo potencial do veículo, Pieranti (2016) relata que, desde a década de 1930, documentos oficiais já indicavam a intenção do Estado de criar uma rede nacional de rádios educativas, tarefa atrapalhada pelo “grau de descoordenação” entre as estações.

De Roquette-Pinto para cá, várias foram as tentativas de formação de redes educativas ou de atuação em cadeia, como o Sistema Nacional de Rádio Educativo (Sinred)<sup>21</sup> na década de 1970 e na Rede Universitária de Rádio<sup>22</sup> na década de 1990 (Zuculoto, 2012, p. 26). A partir da criação da EBC, a RNCP de rádios aparenta ser o ponto alto dessa longa trajetória, com a possibilidade de propiciar não somente a troca de conteúdo de forma mais horizontal, mas o financiamento às emissoras do campo público e o apoio técnico e operacional.

Na época da implantação da rede de rádios da EBC, em 2021, as emissoras identificadas com o campo estavam organizadas na Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub) e faziam parcerias pontuais com as emissoras da EBC. A adesão no ano de formalização da rede não foi imediata. Em 2010, a Arpub tinha 41 rádios filiadas (Moreira, 2010) e, ao final de 2022, as afiliadas da RNCP ainda eram 34 (EBC, 2024), reflexo de um possível receio do desmonte da EBC e de ingerências políticas nos anos Temer e Bolsonaro.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://kantaribopemedia.com/inside-audio-2024> Acesso: 2 jan., 2025.

<sup>21</sup> O Sinred tinha a Rádio MEC AM como emissora líder. Entre 1970 e 1980, reuniu emissoras educativas, estatais, vinculadas a fundações e universitárias em transmissões em cadeia ou como repetidoras. O Sinred surgiu após a regulamentação da concessão de canais para emissoras educativas, porém, a gestão centralizada e a concentração da produção na região Sudeste dificultaram a consolidação do sistema.

<sup>22</sup> A Rede Universitária foi um sistema não oficial que de 1994 a 1999 fez coberturas conjuntas em rede, via satélite das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), contando com até 60 emissoras estatais, educativas, culturais e universitárias (Zuculoto, 2012, p. 78).

Em junho de 2022, a Universitária FM, da Universidade Federal do Ceará (UFC), se insurgiu contra os termos do contrato de filiação à RNCP e criticou a ingerência da EBC na autonomia da emissora, a partir da obrigação contratual de submeter a programação à estatal. A situação foi denunciada pelo professor Nonato Lima, diretor da emissora por 15 anos:

“Do jeito que está lá no contrato, [a *autonomia*] desaparece. Porque até a nossa programação tem que estar adequada à programação da rede. E se a programação não for adequada, nas palavras do contrato, ‘incongruente’, eles tomam providências para resolver as incongruências. Ou seja, é uma intervenção mesmo” (citado por Feitosa, 2022).

Foram necessárias medidas específicas para incentivar adesões e, nesta estratégia de expansão, as emissoras universitárias e de institutos federais foram consideradas prioritárias. Para isso, a EBC, a Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República e o Ministério das Comunicações tomaram cinco decisões importantes: a) a separação da comunicação estatal da pública, sobre a qual já falamos; b) aproximação das instituições federais de ensino superior; c) elaboração de editais de coprodução; d) abertura de uma Ata de Registro de Preços para a compra conjunta de equipamentos<sup>23</sup>; e e) a intermediação da EBC para obtenção de consignação de FMs.

Os diálogos entre EBC, Secom, Ministério da Educação e universidades e institutos federais começaram em 2023. No dia 17 de outubro daquele ano, foram assinados os primeiros acordos com 32 universidades federais, para colocar no ar 42 estações de rádio e 29 de TV. Em 16 de dezembro de 2023, mais 16 instituições federais aderiram, com a meta de operar 49 novas emissoras de rádio educativo. Em março de 2024, outras 12 universidades públicas estaduais e municipais assinaram com a EBC, para operar 15 emissoras de TV e 20 de FM. O número de outorgas pretendidas com esse movimento, em um ano, equivale ao total concedido pelo governo nos 60 anos anteriores (Pieranti, 2024).

Exemplificando a prioridade da expansão da RNCP, o então secretário-executivo da Secom, Ricardo Zamora, declarou, no dia das adesões, em 17 de outubro: “Daquilo que a gente tem a iniciativa de fazer, a expansão da RNCP é o projeto mais importante”<sup>24</sup>.

Com a aproximação das emissoras universitárias, Pieranti – que, além de pesquisador, é um dos responsáveis pela política no âmbito da Secom e esteve à frente dos Planos Nacionais

<sup>23</sup> Ver “EBC e MGI lançam parceria para facilitar aquisição de equipamentos de transmissão e fortalecer RNCP”, EBC, 24 set., 2024. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/imprensa/2024/ebc-e-mgi-lancam-parceria-para-facilitar-aquisicao-de-equipamentos-de-transmissao-e-fortalecer-rncp> Acesso: 13 jan., 2025.

<sup>24</sup> Ver “Comunicação pública é forte pilar para os desafios democráticos do presente”, Aline Braga e Iano Flávio, *Le Monde Diplomatique*, 26 jun., 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/comunicacao-publica-desafios-democraticos>. Acesso: 13 jan., 2025.

de Outorgas da ex-presidenta Dilma – avalia que existe o potencial de operar 155 emissoras de rádio ou TV, tendo já sido liberadas 128 novas consignações, das quais 99 de rádio.

Pieranti (2024) definiu a obtenção das consignações como a principal “solução regulatória”, diante da morosidade na concessão de outorgas de radiodifusão educativa pelo Ministério das Comunicações<sup>25</sup>. Porém, pondera que o caminho para entrar em operação é longo, pois as emissoras enfrentam custos operacionais e não podem contratar profissionais por limitações impostas pelos decretos 9.262, de 9 de janeiro de 2018, e 10.185, de 20 de dezembro de 2019, que, em resumo, extinguem carreiras do serviço público na área de comunicação, vedando concursos para estes cargos.

Esses, porém, são passos iniciais desse movimento. Para que as emissoras entrem em operação, será necessária a obtenção de recursos para compra de equipamentos. Essa é uma atribuição precípua das instituições parceiras da EBC, nos termos dos acordos de cooperação celebrados, e um obstáculo face às restrições orçamentárias dessas entidades. (Pieranti, 2024, p. 20)

Cabe esclarecer que a Constituição, no Artigo 21, inciso XII, determina como competência da União operar serviços de radiodifusão, permitindo a solução dada pela EBC para expandir a rede e, consequentemente, a radiodifusão educativa e, especificamente, universitária. Desta forma, a EBC, como ente da União, solicita a consignação às parceiras que, em contrapartida, comprometem-se a veicular quatro horas diárias de programação das rádios da EBC, das quais pelo menos uma hora obrigatoriamente do Repórter Nacional, o radiojornal da Rádio Nacional.

De fato, apesar de o processo de liberação de frequência pelo Ministério das Comunicações correr bem mais rápido, os investimentos envolvidos são muitos. Embora seja um projeto repleto de potencialidades e importante para a consolidação de uma rede de comunicação pública no país, a expansão da RNCP como saída para atingir a universalidade do serviço público de mídia permanece distante da população.

<sup>25</sup> Segundo Pieranti (2024), a outorga de nova geradora de radiodifusão no Brasil é um processo seletivo conduzido pelo Ministério das Comunicações; quando finalizado, é enviado à Casa Civil, que o analisa, e, depois, vai para a Presidência da República, que o envia ao Congresso Nacional. Esse rito decorre de previsão expressa no Art. 223 da Constituição Federal. Depois de apreciado pelos parlamentares, a depender da regulamentação do momento, o processo retorna ao Ministério das Comunicações para avaliação de informações técnicas. Superada essa fase, começam os procedimentos burocráticos para que a entidade responsável possa comprar e instalar os equipamentos e a emissora possa, enfim, começar a transmitir sua programação. São, portanto, muitas etapas, que ainda podem ser atrasadas por fatores diversos, como falta de pessoal, e prestação inadequada ou insuficiente de informações. Nesse sentido, a consignação à EBC para operação em parcerias com instituições de ensino funciona como uma espécie de atalho burocrático.

Apesar da aceleração do crescimento da rede e dos números de obtenção de consignações serem promissores, cabe destacar que é pequeno o número de emissoras em operação: 44<sup>26</sup>, distante do universo de emissoras educativas ativas no país, estimadas em pelo menos 586 (Pieranti, 2016).

A título de comparação, o número de afiliadas da RNCP também é insignificante para fazer frente às principais redes de rádio privadas. O Grupo Jovem Pan – investigado pelo Ministério Público Federal por promover desinformação e ações antidemocráticas<sup>27</sup> – tem 110 rádios afiliadas<sup>28</sup>, retransmitindo para 2 mil municípios em 19 estados, e A Rede Massa, de Carlos Roberto Massa, comunicador mais conhecido como Ratinho, tem 75 emissoras em 370 municípios<sup>29</sup> e se atribui a segunda posição no ranking de maior rede de rádios no Brasil.

Destacamos, no entanto, que a aproximação da EBC com as universidades aponta para a valorização do ambiente democrático das instituições, a proximidade delas com a ciência, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a inclusão social, valores alinhados aos princípios do serviço público de mídia.

Do ponto de vista do fomento, a Contribuição de Fomento à Radiodifusão Pública (CFRP) poderia ajudar, mas até hoje aguarda regulamentação. Por lei, 75% do montante arrecadado pela CFRP deveriam ser repassados à EBC e 2,5%, à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Os demais 22,5% poderiam ser repartidos com as emissoras do campo público integrantes da RNCP. Mas a maior parte do dinheiro não chega ao destino.

Sobre a CFRP, a EBC informa que o total arrecadado foi de R\$ 4,6 bilhões, sendo a parte da EBC R\$ 3,2 bilhões. Destes, apenas R\$ 801 milhões foram utilizados. Esses dados da EBC são acumulados de 2008 a 2022. A EBC informa ainda que em 2021 uma Medida Provisória autorizou repassar R\$ 1,9 bilhão da CFRP acumulados para o Ministério da Saúde na pandemia. Informa que tem R\$ 483 milhões “sob a guarda do STN [Secretaria do Tesouro Nacional]”. O novo governo deve solicitar autorização para utilizar integralmente estes recursos para realizar novos investimentos para a expansão da EBC. (Comissão, 2022, p. 30-31)

<sup>26</sup> Ver “EBC avança na expansão da RNCP com visitas técnicas e novas parcerias”, **EBC**, 9 set., 2024. Disponível em: <https://rncp.ebc.com.br/noticias/geral/ebc-avanca-na-expansao-da-rncp-com-visitas-tecnicas-e-novas-parcerias> Acesso: 13 jan., 2025.

<sup>27</sup> Ver “MPF pede cancelamento de outorgas de radiodifusão da Jovem Pan por desinformação e incentivo a ações antidemocráticas”, **Ministério Público Federal de São Paulo**, 27 jun., 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/mpf-pede-cancelamento-de-outorgas-de-radiodifusao-da-jovem-pan-por-desinformacao-e-incentivo-a-acoes-antidemocraticas> Acesso: 7 jan., 2025.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://jovempan.com.br/midia-kit-grupojp#:~:text=uma%20rede%20como%20a%20Jovem,e%20frequ%C3%A1ncia%20como%20nenhuma%20outra.&text=Nenhum%20outro%20grupo%20tem%20a,cobre%20cerca%20de%201900%20munic%C3%ADpios>. Acesso: 6 jan., 2025.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/grupo-massa> Acesso: 25 jan., 2025.

Em 2023, segundo dados da Anatel, a CFRP tinha arrecadado R\$ 233 milhões.

As incertezas em relação ao financiamento dificultam a implantação de emissoras para além da expectativa de partilha da CFRP. Universidades federais vêm sofrendo com orçamentos restritivos há mais de uma década. Levantamento do Observatório do Conhecimento revela que, entre 2015 e 2023, o orçamento para a Educação sofreu redução de R\$ 117 bilhões, em valores corrigidos pela inflação. O corte foi puxado pelas universidades federais e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Com isso, as instituições de ensino superior enfrentam dificuldades para custear serviços básicos, como contas de luz e água, limpeza, segurança e manutenção de infraestrutura.

No primeiro ano do terceiro mandato do presidente Lula, houve recomposição orçamentária dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, mas em patamares ainda distantes dos observados em 2014<sup>30</sup>. Com isso, projetos de instalação de novas emissoras de rádio e TV dependem cada vez mais de emendas parlamentares, algo que traz insegurança em relação à sustentabilidade a médio prazo. Diversas emissoras universitárias em operação já registraram dificuldades financeiras ao longo dos últimos anos, com dispensa de pessoal terceirizado e impedimentos para concursos, prejudicando a geração de conteúdo próprio.

Outro desafio desse grupo é o custeio do recolhimento de direitos autorais para execução pública de programação musical. A tabela do Escritório Central de Arrecadação de Direitos (Ecad) para 2025 prevê o escalonamento destes valores conforme a região, a população coberta e a potência de transmissão. O Ecad aplica um desconto de 50% sobre estes valores para rádios educativas, na comparação com as rádios comerciais. Ainda assim, este é um entrave para a expansão da RNCP nas principais regiões metropolitanas, já que uma FM educativa com potência de transmissão de até 10kW numa cidade com mais de 7 milhões de habitantes pagaria R\$ 37.445,92 por mês só de Ecad.

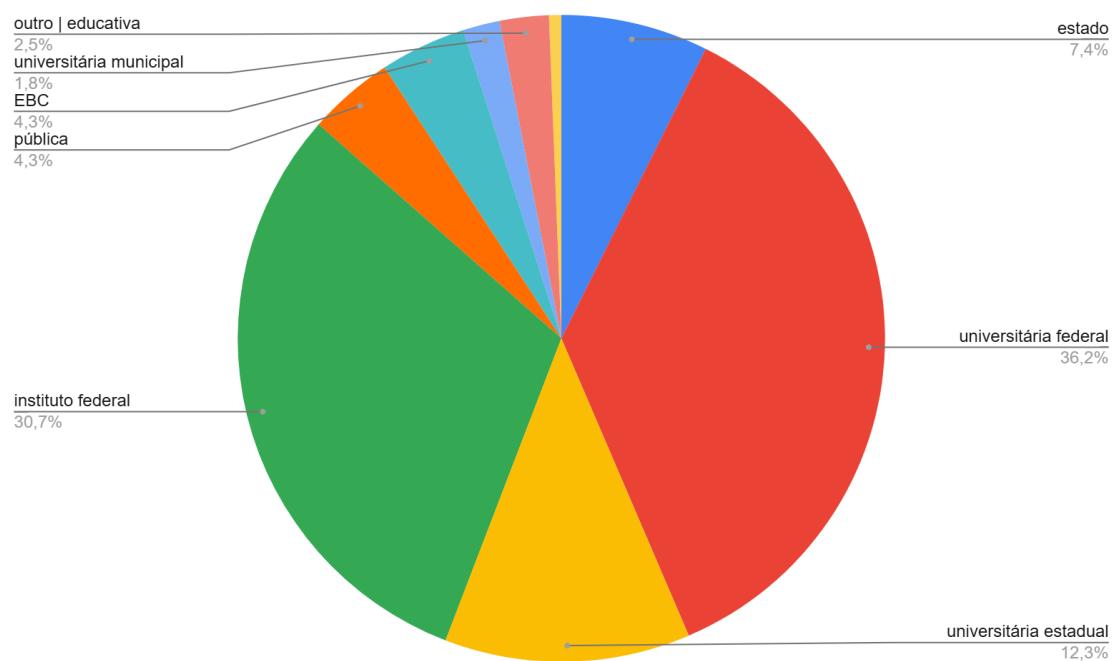
#### **4. Conhecendo a rede de rádios públicas: uma nova rede educativa?**

A presente pesquisa buscou mapear o perfil das 164 afiliadas à RNCP de rádios. Identificou que a rede é constituída por uma maioria de rádios educativas, vinculadas a instituições de ensino superior e apenas 7% geridas por estados e municípios.

<sup>30</sup> Ver “Recursos para educação e ciência caíram R\$ 117 bilhões em uma década”, Isabel Dourado, **Correio Braziliense**, 12 dez., 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/12/6669426-recursos-para-educacao-e-ciencia-cairam-rs-117-bilhoes-em-uma-decada.html>. Acesso: 9 fev., 2025.

Entre as afiliadas, aquelas vinculadas às instituições de ensino superior representam 81%. A maior parte, no entanto, está em estágio inicial de implantação, ou seja, ainda não opera em FM. Estão presentes em todos os estados e regiões, em 111 municípios. Quando todas estiverem funcionando, o alcance estimado pela EBC é de 53,3 milhões de pessoas.

**Figura 1. Perfil das afiliadas à RNCP de Rádios**

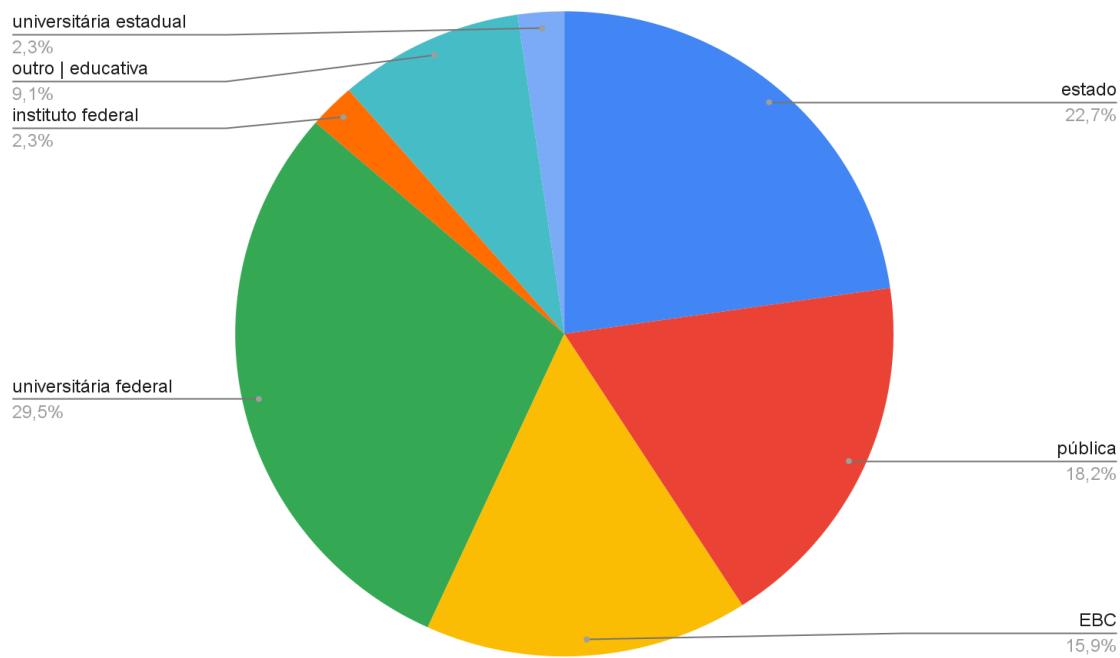


Fonte: Elaboração dos autores, com dados da EBC

Entre as 44 emissoras em operação, estão sete rádios da própria EBC, cinco estações autoproclamadas públicas operadas pela Marinha do Brasil, mais uma pela Força Aérea Brasileira (FAB), além de quatro educativas de caráter privado – Rádio Queimada Nova FM (PI), Rádio Brasil Atual (SP), Rádio CATVE FM (PR) e Rádio OLGA FM (PR). Neste grupo, as universitárias estão em percentual representativo, embora menor: 33,4%.



Figura 2. Perfil das emissoras geradoras da RNCP de Rádios

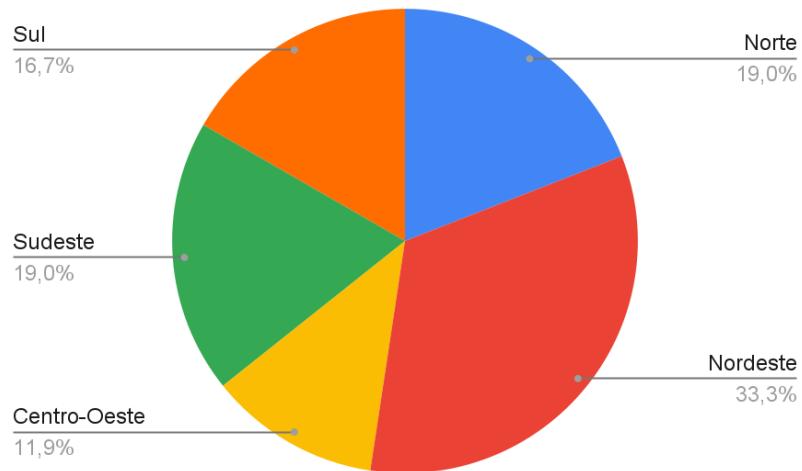


Fonte: Elaboração dos autores, com dados da EBC

Enfocando só as emissoras em operação em FM, constatamos maior presença na Região Nordeste, com 33% das estações. O Sudeste, região mais rica e populosa, com 84,8 milhões de habitantes em 2022 (41,8% da população brasileira), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>31</sup>, conta com 19%, assim como a Região Norte.

<sup>31</sup> Ver "De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões", IBGE, 28 jul., 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes> Acesso: 12 fev., 2025.

**Figura 3. Presença das geradoras por região**



Fonte: Elaboração dos autores, com dados da EBC

A presença das geradoras em capitais também é limitada. Não há emissoras vinculadas à RNCP da EBC em operação nas cidades de Vitória (ES), Goiânia (GO), Cuiabá (MT) e Porto Velho (RO) e nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Espírito Santo.

## 5. Considerações finais

A EBC, coordenadora da RNCP, é herdeira de uma longa tradição que vem de experiências da nonagenária Rádio Nacional do Rio de Janeiro e da centenária Rádio MEC. A lei de criação da EBC foi inspirada no ideal de mídia pública do norte global, onde essas experiências são consideradas um pilar do sistema midiático plural e independente.

Reflexo de uma série de ações tomadas nos dois primeiros anos de gestão do presidente Lula, a RNCP de rádios deu um salto no número de afiliadas e conta com 164 parceiras em todo o país, em todos os estados e regiões. Esse crescimento foi impulsionado a partir da aproximação da EBC com as universidades, levando a uma onda de consignações de canais à empresa para operação pelas afiliadas.

A adesão à RNCP é voluntária e não inclui nenhuma forma de aporte da EBC. Por isso, apesar de a empresa ter acelerado a obtenção de frequências, a instalação e a operação das emissoras representam desafios. Considerando que as rádios universitárias e de institutos federais são a maioria e dependem de orçamento público, essa é uma fragilidade da rede. Sem recursos para equipamentos e custeio e sem poder realizar concursos para a área de

comunicação, há também o problema da institucionalização das emissoras de acordo com parâmetros públicos, incluindo a autonomia em relação à gestão estatal, e a adoção da participação social e a diversidade, relatadas em outras pesquisas (Kischinhevsky, Mustafá, Vale, 2019; RSF, 2024; De Mingo, 2022).

Com isso, as geradoras em operação na RNCP são apenas 44, número bem abaixo dos registrados por grandes redes privadas de rádio, o que impõe a necessidade de um debate sobre políticas públicas de fomento à radiodifusão pública e educativa.

A destinação do percentual de 22,5% dos valores recolhidos via Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) poderia favorecer as afiliadas à RNCP, mas, para que o recurso possa ser acessado pela rede, é necessário que seja regulamentado pelo Executivo, o que não aconteceu até fevereiro de 2025.

Por outro lado, passos firmes são dados no sentido de universalizar o sistema público de radiodifusão, do ponto de vista do rádio público, como forma de circular conteúdos que fomentem a cidadania em sua dimensão coletiva. Além da obtenção de frequências pela EBC, destacam-se a separação de canais públicos e governamentais, a realização de edital de coprodução com afiliadas de TV e apoio técnico para compra de equipamentos por meio de ata de preços, simplificando licitações. A retomada da participação social por meio do Simpas, também sinaliza para o estabelecimento de espaço de diálogo.

Há outra vantagem na operação em rede, que é a veiculação da programação da cabeça de rede, sendo obrigatória a reprodução de quatro horas de conteúdos da EBC, dos quais uma hora de informativos da Rádio Nacional. Esse modelo pode implicar a verticalização da grade das parceiras, apontado em outros estudos como um problema, por sobrevalorizar conteúdos do Sudeste e dificultar as trocas entre a própria rede (Lopes, 2015). Porém, olhando para experiências anteriores de atuação de emissoras não-comerciais em rede, Zuculoto (2012, p. 237) avalia que esses são os períodos em que há avanços na definição de seus perfis públicos, com ganhos para o sistema público previsto na Constituição e que ainda busca legitimidade para se justificar na sociedade.

Dessa forma, a apostila nas emissoras universitárias demonstra o interesse da EBC e do governo federal de ampliar a rede com base no ideal de mídia pública. O ambiente democrático de grande parte das instituições de nível superior e seu compromisso com a democracia fazem dessas emissoras importantes atores para o sistema público. A parceria com a EBC contribui

também para a formação de futuros profissionais, fomenta a conexão entre a academia e o fazer radiofônico e impulsiona a circulação de conteúdos públicos em áudio.

Do lado da EBC, além da restauração da participação social, são frequentes as denúncias sobre o desinvestimento no jornalismo (Ouvidoria Cidadã, 2024), a subserviência à lógica comercial (Marins e Vieira, 2024) e as restrições orçamentárias responsáveis pelo cancelamento, por exemplo, dos Festivais de Música da Rádio MEC e Nacional em 2024 (Caseletti, 2024). Também por falta de recursos, a empresa passou a administrar a Rádio Nacional do Alto do Solimões, uma das emissoras mais novas da EBC, funcionando no extremo Norte do país, para uma parceira local da RNCP, a Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas (Funtec), do governo do Amazonas.

Diante desse cenário de desafios, é preciso compreender que as fragilidades da RNCP e da própria EBC estão assentadas em uma trajetória histórica de políticas públicas erráticas para o sistema público, considerado marginal entre os demais. Ao contrário dos dois governos anteriores, no entanto, o momento político é de expectativas de políticas públicas que valorizem a educação e os direitos humanos, em meio a um cenário de desinformação e disseminação de ódio, inclusive por tradicionais meios de comunicação.

Trata-se apenas de uma primeira aproximação em relação ao tema, que exigirá futuras reflexões e proposições no sentido de contribuir com a consolidação da radiodifusão educativa e a democratização da comunicação pública no país.

## Referências

**ANATEL. Sistema Mosaico.** Disponível em:

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>. Acesso em: 13 abr., 2024.

AIRES, Janaína; SANTOS, Suzy dos. **Sempre foi pela família: mídias e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

ARAÚJO, Joel Zito. **O negro na TV pública**. Brasília: FCP, 2010.

AZEVEDO, Flávia; RODRIGUES, Diogo Moyses; SILVA, Sivaldo Pereira; VALENTE, Jonas. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**. São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009.

CASALETI, Danilo. “Não fazemos distinção política. A distinção é: tem algo a dizer?”, afirma diretora da EBC”, **O Estado de S. Paulo**, 17 dez., 2024. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/cultura/televisao/nao-fazemos-distincao-politica-a-distincao-e-tem-algo-a-dizer-afirma-diretora-da-ebc>. Acesso em 16 jan. 2025.

CHAGAS, Genira. **Radiodifusão no Brasil: poder, política, prestígio e influência**; São Paulo: Atlas, 2012.

**COMISSÃO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. Relatório do Grupo Técnico de Comunicação Social.**  
[Brasília]: 11 dez. 2022. Disponível em:  
[https://drive.google.com/file/d/1FTCyYgad\\_DZXfSNRA1LZvrsIWAUd-158/view](https://drive.google.com/file/d/1FTCyYgad_DZXfSNRA1LZvrsIWAUd-158/view). Acesso em: 18 ago. 2023.

DE MINGO, Ivana, REBOUÇAS, Edgard. Estudo de caso sobre as emissoras estatais de rádio brasileiras.  
**Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, v. 12, n. 3, p. 113-147, 2022.

EUROPEAN BROADCASTING UNION. Democracy and Public Service Media. European Broadcast Union, 2023. Disponível em: [https://www.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/MIS/login\\_only/psm/EBU-MIS-PSM\\_and\\_Democracy\\_2023-Public.pdf?site=ebu](https://www.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/MIS/login_only/psm/EBU-MIS-PSM_and_Democracy_2023-Public.pdf?site=ebu). Acesso: 11 fev., 2025.

ESCH, Carlos Eduardo; BIANCO, Nelia Rodrigues Del; MOREIRA, Sonia Virgínia. Radiodifusão pública: um desafio conceitual na América Latina. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 4, p. 67-86, out./dez. 2013.

GUERREIRO, Soane Costa. **TV Brasil e a rede pública de televisão: uma trajetória de dependência**. 2016. 180 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

KANTAR Ibope Media. **E-Book de Rádio 2024**. Disponível:  
<https://kantaribopemedia.com/conteudo/estudo/inside-audio-2024/> Acesso: 02/01/25

KAPLÚN, Mario. **Produção de Programas de Rádio, do roteiro à direção**. Trad. Eduardo Meditsch e Juliana Gobbi Betti. São Paulo: Intercom, Florianópolis: Insular. 2017.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais**: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; MUSTAFÁ, Izani; VALE, Scarlat Suelen Guimarães. In: ALBUQUERQUE, Eliana; MEIRELES, Norma (org.). **Rádios universitárias: experiências e perspectivas**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

LOPES, Ivonete da Silva. **TV Brasil e a construção da Rede Nacional de Comunicação Pública**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

MACBRIDE, Sean. **Many Voices, One World**. Londres: Unesco, 1980.

MAFRA, Kheyda Castro; OLAVO, Antônio Vagner; CHAGAS, Francisca Carla das. Rádio Escola: Uma iniciativa educacional em Benjamin Constant, Amazonas, durante a Pandemia da Covid-19. In: ARAUJO, Tales Vinícius et al., **Práticas educacionais no contexto Amazônico VII**. Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: RINCÓN, Omar (org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002. p. 41-79.

MARINS, Camila; VIEIRA, Isabela. O dia que a TV pública merecia direito de resposta. **Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, 5 set., 2024. Disponível em <https://www.brasildefatorj.com.br/2024/09/05/o-dia-que-a-tv-publica-merecia-direito-de-resposta>. Acesso em 7 fev., 2025

MENDEL, Toby. **Serviço público de radiodifusão**. Brasília: UNESCO, 2011.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Emissoras Públcas de Rádio e TV na América do Sul: cinco exemplos regionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2010.

MILANEZ, Liana. **TVE: cenas de uma história.** Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

NITAHARA, Akemi; CARVALHO, Mariana Martins de. A EBC em 2021: ataques e resistências. In: Carvalho, Mariana Martins de; Dutra, Luma Poletti. (org.). **Cadernos de conjuntura das comunicações LaPCom-Ulepicc-Brasil 2022: desinformação, crise democrática e políticas de comunicação e cultura.** Brasília: Ulepicc-Brasil, 2022.

NITAHARA, Akemi. Jornalistas e resistência na EBC: mecanismos contra o desmonte da comunicação pública sob os governos Temer e Bolsonaro. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, v. 13, n. 2, 2024. URL: <https://doi.org/10.25200/SLJ.v13.n2.2024.522>. Acesso: 17 dez. 2024

OUVIDORIA CIDADÃ DA EBC. Nota pública: Manifesto: Jornalistas na EBC defendem a retomada do jornalismo público com respeito e valorização da atividade profissional. **Ouvidoria Cidadã da EBC**, 7 de agosto de 2024. Disponível em: <https://ouvidoriacidadadabebc.org/nota-publica-oito-meses-de-governo-sem-comunicacao-publica>. Acesso: 25 dez., 2024.

PIERANTI, Octavio Penna. Mudança de rumo na radiodifusão educativa: estabelecimento de regras para novas outorgas e implementação de uma política de massificação do serviço (2011-2016). **Revista Eptic On-Line**, v. 18, n. 3, set-dez. 2016.

PIERANTI, Octavio Penna. **A radiodifusão pública resiste.** Brasília: FAC Livros, 2018.

PIERANTI, Octavio Penna. A radiodifusão pública é “cara demais”? Uma avaliação do orçamento da EBC. **Revista Eptic On-Line**, São Cristóvão, v. 22, n. 3, p. 6-23, set./dez. 2020.

PIERANTI, Octavio Penna. Quase sessenta anos em um? A expansão da radiodifusão universitária e pública no Brasil. **Revista Eptic On-Line**, São Cristóvão, v. 26, n. 3, p. 8–22, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/21574>. Acesso: 19 dez., 2024.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, José; SATHLER, Luciano. **Direitos à comunicação na sociedade da informação.** São Bernardo do Campo, SP: Ed. Umesp, 2005.

RSF – REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. Marco Normativo e Políticas Públicas sobre a atividade jornalística no Brasil. **Repórteres sem Fronteiras**, 2024. Disponível em: <https://rsf.org/sites/default/files/medias/file/2024/02/Marco%20Normativo.pdf>. Acesso: 5 set., 2024.

SANTOS, Tiago Vinicius André dos. **Desigualdade racial midiática:** o direito à comunicação exercido e o direito à imagem violado. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

UNESCO. **Public broadcasting. Why? How?**. Montréal: Unesco, 2001.

VALENTE, Jonas. **A TV Pública no Brasil.** 2009. 208 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, 2009.

VANNUCHI, Camilo. O direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil. **Galáxia**, n. 38, mai-ago. 2018, p. 167-180. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554232145> Acesso: 26 jun., 2023.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A programação das rádios públicas brasileiras.** Florianópolis: Ed. Insular, 2012.